



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 29 de maio de 2023.

DE: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PARA: SETOR DE FINANÇAS

Prezada Senhora

Solicito que informe a dotação orçamentária para a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, portaria e segurança não armada em unidades escolares da rede municipal de ensino, do município de São José das Palmeiras - PR.

Cordialmente

REGINÉIA DA SILVA  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 29 de maio de 2023.

De: Setor de Finanças

Para: Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Excelentíssima Senhora,

Em atenção à solicitação expedida por Vossa Excelência, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, portaria e segurança não armada em unidades escolares da rede municipal de ensino no município de São José das Palmeiras - PR sendo que a liquidação será efetuada através da seguinte dotação orçamentária.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	1280	05.001.12.361.0004.2034	103	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
2023	1281	05.001.12.361.0004.2034	107	3.3.90.34.00.00	Do Exercício

Cordialmente

Aparecida Conceição Sant Ana Ribeiro  
Secretária de Finanças



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



## SOLICITAÇÃO

**DE: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**PARA: PREFEITO MUNICIPAL**

### **1 - OBJETO**

A presente solicitação tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, portaria e segurança não armada nas unidades escolares da rede municipal de ensino do município de São José das Palmeiras - PR

### **2 - JUSTIFICATIVA**

Manter o serviço de vigilância, a fim de preservar a integridade física dos alunos, servidores e demais pessoas que se encontram no ambiente escolar, a fim de prevenir e evitar que sejam praticados atos atentatórios à vida de todos aqueles que se encontram nas unidades escolares.

Considerando a necessidade de assegurar todos os protocolos necessários de segurança, que é uma preocupação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes em prevenir e possibilitar um ambiente mais seguro para professores, servidores, alunos e pais no município de São José das Palmeiras.

### **3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O Critério de julgamento será o **menor preço unitário do Item**.

### **4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS**

Item	Quant	Unid.	ESPECIFICAÇÕES	Valor total mensal	Valor Total
1	02	Mensal	VIGILANTE DESARMADO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços em vigilância escolar desarmada e monitoramento dos espaços escolares da rede de ensino do município de São José das Palmeiras, sendo em período de atividade escolar e quando solicitado pelo contratante. 8h por dia de Segunda-feira a Sexta-feira	R\$ 7.500,00	R\$15.000,00





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Valor mensal da contratação: R\$ 15.000,00 ( quinze mil reais)  
Valor total da contratação: R\$ 180.000,00 ( cento e oitenta mil reais)

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Fornecedora deverá prestar serviços de recepção e segurança não armada, com profissional uniformizado para fazer o controle de acesso de pessoas, com acompanhamento, recepção dos alunos e auxiliar no encaminhamento de visitantes, não permitindo a presença de pessoas estranhas dentro do espaço escolar;

Os profissionais deverão fazer controle dos arredores em momento que os alunos estão em atividades escolares;

Os profissionais em serviço deverão comunicar imediatamente à direção do estabelecimento, em percebendo, qualquer situação anormal, seja no ambiente interno ou externo;

Os serviços descritos acima serão prestados nos dias de atividades escolares de acordo com o calendário anual da escola, cinco dias por semana, de segunda a sexta-feira, com carga horária de 8h por dia.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## 7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento da(s) fiscalização da contratação será exercida por um representante do cargo dos servidores responsáveis conforme a Portaria nº 012/2023, e a fiscalização do contrato será exercida pela servidora Sra. **Regina Helena Dapper Fagundes**, e a Secretaria deverá solicitar os serviços, emitindo relatório da prestação dos serviços, podendo recusar-se a receber serviços cujo nível de qualidade não seja similar aos especificados no edital.

## 08. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações
----------



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	1280	05.001.12.361.0004.2034	103	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
2023	1281	05.001.12.361.0004.2034	107	3.3.90.34.00.00	Do Exercício

## 09 - PRAZO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO

A Empresa vencedora do certame licitatório deverá fornecer os serviços pelo período de 12 meses, conforme o calendário escolar, o qual ser fornecido pela Secretaria de Educação, Turismo e Esportes do Município de São José das Palmeiras, com início imediato logo após a assinatura do contrato.

O prazo de vigência do contrato será de 13 (treze) meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado.

## 10. PAGAMENTO

Os pagamentos serão **MENSAIS**, efetuados até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação serviços, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.

- Certidão Negativa de Débitos do FEDERAL/INSS;
- Certidão Negativa Estadual;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- Certidão Negativa Trabalhista;
- Relatório mensal (referente ao mês anterior à prestação dos serviços) sobre as atividades exercidas, bem como comprovante de contribuição pagos junto ao INSS, FGTS, RE, GFIP, SEFIP, Holerites e comprovantes de pagamento e cartões ponto.
- O município de São José das Palmeiras poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
- O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

– **A (s) nota (s) fiscais deverão ser encaminhada (s) para o endereço eletrônico [contabilidadesj123@gmail.com](mailto:contabilidadesj123@gmail.com).**

## 11. DOS PREÇOS/ ORÇAMENTOS

Declaro que os orçamentos das empresas: cascavel segurança e vigilância, Gres segurança – ME e Terceiriza segurança LTDA foram por mim recebidos e rubricados, passando a integrar o presente Termo de referência.

**REGINÉIA DA SILVA**

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



## **12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligencias que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 29 de maio de 2023.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

**Reginéia da Silva**  
**Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes**



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



DA: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Licitação modalidade Pregão Presencial nº 020/2023

Por determinação do Senhor Prefeito Municipal e Secretário de Obras, Urbanismo e Transportes, referente ao Pregão Presencial nº 020/2023, em que transcorre o procedimento licitatório nesta modalidade, do tipo “menor preço”, para a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, portaria e segurança não armada nas unidades escolares da rede municipal de ensino do município de São José das Palmeiras - PR, que faz parte deste Pregão Presencial, veio a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico quanto à minuta do instrumento de Pregão Presencial, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Examinada a minuta referida e encartada, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, visto que presente as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Quanto ao objeto pretendido pela Administração - aquisição de bens e serviços comuns, tem-se que este objeto é compatível com o Pregão, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

Por outro lado, se faz necessário manifestar acerca da realização de licitações na modalidade Pregão, em sua forma presencial, tendo em vista o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, firmado através do Acórdão nº 2.605/2018, sobre a utilização prioritária do Pregão em sua forma eletrônica.

Embora o TCE/PR, através do Acórdão nº 2605/2018 tenha firmado entendimento no sentido de que o Pregão em sua forma eletrônica deve ser utilizado como regra pela Administração Pública, a própria decisão frisa que, conforme o caso concreto e desde que devidamente justificada a escolha, pode ser utilizado o Pregão em sua forma presencial.

Assim, ressalta-se que tal escolha deve considerar as particularidades de cada município, tendo em vista a situação local de cada ente, que difere bastante em razão do tamanho e das condições econômicas de cada cidade, bem como em razão das peculiaridades de fornecedores locais.

Passamos, portanto, a analisar as situações que justificam no Município de São José das Palmeiras/PR, a utilização do Pregão em sua forma presencial.

A utilização da licitação na modalidade Pregão está disciplinada pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, o qual estabelece no § 1º do art. 3º que “dependerá de regulamentação específica a utilização de recursos eletrônicos ou de tecnologia da informação para a realização de licitação na modalidade de pregão”.

Assim, na esfera federal o Pregão Eletrônico na legislação federal foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, o qual determina no art. 2º que “o pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet”.

Contudo é bastante importante avaliar que o objetivo principal da licitação é o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, situação esta que, considerando a





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



realidade do Município de São José das Palmeiras/PR, não se alcançará se a regra for realizar Pregões na forma eletrônica.

Assim, considerando que as compras e contratações feitas pela municipalidade não apresentam, em regra, complexidade nos objetos licitados frequentemente, a Administração Municipal acaba por se valer do Pregão em quase a totalidade de suas licitações para a aquisição de bens e serviços comuns, na sua forma presencial.

Ainda, é preciso ponderar que a maioria das demandas de compras e contratações que o Município de São José das Palmeiras/PR necessita fazer para atendimento de suas necessidades públicas e para que possa manter a máquina pública girando, são em sua grande maioria de itens ou de serviços, simples, sem menores complexidades que são atendidos por fornecedores locais e ou regionais.

Além disso, cabe consignar nesta análise que a realidade das empresas locais e regionais do Município e das cidades vizinhas, que também são municípios de pequeno porte, é constituída por empresas pequenas, na maioria das vezes microempreendedores individuais, os quais não apresentam condições de participar de pregões eletrônicos, seja por falta de recursos tecnológicos ou por falta de recursos financeiros e até mesmo de instrução suficiente para que possam concorrer com empresas mais bem estruturadas.

Por todo o exposto, fica caracterizado que é desvantajoso ao Município de São José das Palmeiras realizar toda e qualquer licitação para aquisição ou contratação de itens comuns através de licitação na modalidade Pregão em sua forma presencial.

Além do grande prejuízo que é a falta de participação de empresas locais, fato este contrário à busca pelo desenvolvimento econômico local, há que se considerar que a utilização da forma eletrônica do Pregão resultaria em contratações de empresas distantes, encarecendo assim os custos para o Município, pois as compras e contratações são feitas geralmente em pequenas quantidades, considerando o porte do Município e a demanda a ser atendida.

Cabe ainda destacar que em muitas situações, como por, exemplo, contratações de serviços de mecânica e elétrica de automóveis, fornecimento de combustíveis e de saibros e pedras para as estradas rurais do Município, o qual, ressalte-se, é em sua grande maioria de extensão rural, há limitação de distância para a participação das empresas, de forma justificada, tendo em vista a necessidade de obediência ao princípio da economicidade e da eficiência, pois não se mostra sequer plausível que para abastecer um veículo, ou para realizar manutenção na frota municipal o Município precise arcar com gastos de deslocamentos distantes.

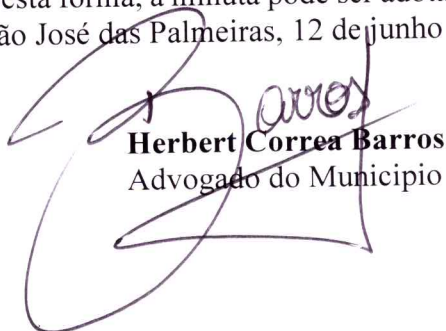
Além disso, cabe anotar que para o Município de São José das Palmeiras/PR que conta com um quadro bem reduzido de servidores, onde no Departamento de Compras e Licitações há apenas um servidor que atua como Pregoeiro, o qual precisa realizar todos os atos do certame, bem como analisar toda a documentação de empresas participantes.

Portanto, a modalidade Pregão em sua forma presencial se mostra mais célere e eficaz nas compras e contratações deste Município.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Desta forma, a minuta pode ser adotada. Restituam-se os autos à Secretaria responsável.

São José das Palmeiras, 12 de junho de 2023.

  
**Herbert Correa Barros**  
Advogado do Município





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33



## **CONTROLE INTERNO**

### **PARECER DE ACOMPANHAMENTO**

Desencadeado tramite para emissão de procedimento licitatório de PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2023, visando contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância, portaria e segurança não armada nas unidades escolares da rede municipal de ensino do município de São José das Palmeiras – PR

A Assessoria de Controle Interno procedendo análise da documentação arrolada nota que até o presente momento apresentam-se todos os encaminhamento necessários constando inclusive informação de dotação orçamentária e analise com emissão de parecer, pela assessora juridica do município.

Desta forma opinamos pela legalidade do referido processo consentindo que se de encaminhamento ao mesmo, de acordo com a legislação em vigor.

É o parecer,

São José das Palmeiras, 12 de junho de 2023.

  
MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI  
Assessora de Controle Interno